



PODER

Condenado no STF, exaltado pela Câmara

Silveira toma posse como integrante da Comissão de Constituição e Justiça e como vice-presidente da Comissão de Segurança Pública

» LUANA PATRIOLINO
» TAÍSA MEDEIROS

Condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a oito anos e nove meses de prisão, o deputado bolsonarista Daniel Silveira (PTB-RJ) foi eleito titular em duas comissões da Câmara. Réu por estimular atos antidemocráticos e ameaças a ministros da Corte e a instituições, ele integrará a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e assumiu como vice-presidente da Comissão de Segurança Pública.

Silveira recebeu **indulto** do presidente Jair Bolsonaro (PL), na semana passada, e, desde então, vem sendo pivô de mais uma crise entre o Executivo e o Judiciário.

A posse nos colegiados ocorreu ontem. Silveira havia sido indicado pelo partido para ocupar vagas em cinco comissões: as outras foram Cultura, Educação e Esporte.

Na CCJ, Silveira poderá participar de votações sobre perda de mandato, inclusive o dele. Segundo a Câmara, a única forma de o parlamentar não deliberar é se ele declarar suspeição e se abster.

Um dos colegiados mais importantes da Casa, a CCJ tem a função de analisar os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de todos os projetos que passam pela Câmara, assim como de emendas ou substitutivos.

Já a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, criada em 2002, por recomendação da CPI do Narcotráfico, tem como objetivos prevenção, fiscalização e combate ao tráfico de drogas, contrabando e crime organizado, entre outros.

Isolamento

A decisão do STF de condenar Silveira à prisão e à perda do mandato provocou uma saia-justa com o Congresso. As cúpulas das duas Casas já enfatizaram que é prerrogativa do Parlamento decidir sobre cassação de seus integrantes. Já o ministro Alexandre de Moraes, do STF, relator do caso de Silveira, sustenta que o deputado fica inelegível mesmo com o perdão presidencial.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou, ontem, que as instituições devem

Em defesa do perdão

O vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos) defendeu, ontem, o perdão concedido pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) ao deputado Daniel Silveira (PTB-RJ). "O presidente agiu dentro daquilo que a Constituição lhe facultou", sustentou a jornalista no Palácio do Planalto. Diante da crise causada pelo indulto, Mourão avaliou ser preciso "manter a calma". "Agora, o Supremo julga aí o que ele achar. Na minha visão, acho que tem de se manter a calma e vamos evitar que algo que é muito pequeno se torne uma onda gigantesca."

ter maturidade para lidar com a crise. "As divergências precisam ser respeitadas, precisam ser dirimidas, e há um ponto comum que nos une, que é a busca da solução dos problemas do Brasil", frisou, durante coletiva de imprensa.

Para Pacheco, "é lamentável verificar que crises sejam criadas a todo instante, até como cortina de fumaça para os verdadeiros problemas do Brasil". "Tudo quanto houver de roubo antidemocrático, que atente contra o Estado de direito, que atente contra a Constituição nós demove repudiando de maneira muito veemente."

Aplausos

Na tarde de ontem, Silveira esteve no Palácio do Planalto, onde participou do evento "Liberdade de expressão" (**leia ao lado**), que reuniu parlamentares ligados ao governo. Ele desceu a rampa presidencial antes de Bolsonaro, sob aplausos.

O deputado tem desafiado as decisões da Justiça ao aparecer sem tornozeleira eletrônica em eventos públicos e até mesmo para dar expediente no Congresso.

Segundo a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal, o equipamento colocado no bolsonarista está descarregado desde 17 de abril. Com isso, não é possível rastrear-lo, como determinou o STF.

EVARISTO SA/AFP



Em evento no Planalto, ontem, o presidente Jair Bolsonaro entregou ao deputado Daniel Silveira uma cópia emoldurada do indulto



Determinados grupos se acham no direito de sobrepor suas verdades aos demais, não podendo ser contestadas. A liberdade de expressão conferida ao parlamentar está garantida pela Constituição Federal"

Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), deputado

Planalto vira palco de críticas

Na solenidade batizada de "Ato Cívico pela Liberdade de Expressão", o Palácio do Planalto foi transformado em palco de discursos contra o Supremo Tribunal Federal (STF), a imprensa e a esquerda por parte de parlamentares da base aliada do governo federal e do próprio presidente Jair Bolsonaro (PL).

Na prática, o evento — organizado pelas bancadas evangélica e da segurança pública — foi um endosso ao perdão concedido por Bolsonaro ao deputado Daniel Silveira (PTB-RJ), em decreto publicado menos de 24 horas após o Supremo Tribunal Federal (STF) condenar o parlamentar a oito anos e nove meses de cadeia por ataques à democracia e às instituições.

Além de ser aplaudido na chegada à solenidade, Silveira,

nomeado, ontem, para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, foi tido com pedidos de fotos e vídeos.

Disparos

No total, 22 deputados e um senador discursaram na cerimônia, além do próprio Bolsonaro. O líder da frente parlamentar evangélica, a bancada da *Bíblia*, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), abriu os trabalhos com um discurso em defesa de Silveira.

"Determinados grupos se acham no direito de sobrepor suas verdades aos demais, não podendo ser contestadas. A liberdade de expressão conferida ao parlamentar está garantida pela Constituição Federal", declarou. O deputado Capitão Augusto

(PL-SP), presidente da Frente Parlamentar da Segurança Pública, a bancada da bala, chamou o evento de "ecumênico". "Não é para A ou B, é para todo o Brasil", frisou. Ele também é vice-presidente nacional do PL, partido de Bolsonaro.

Já o vice-líder do governo, o deputado Otoni de Paula (MDB-RJ) exibiu um áudio de reportagem da CNN Brasil com a afirmação de que Silveira divulga fake news e defende golpe de Estado. Em seguida, criticou a imprensa. "Se eu me sentir ofendido, eu processo. Mas eu não tenho como mandar prender os jornalistas da CNN", declarou, arrancando aplausos da plateia bolsonaristas. O deputado João Carlos Gurgel (PL-RJ) pediu uma reforma do Poder Judiciário.

Processos contra seis deputados

Na retomada dos trabalhos após cinco meses parado, o Conselho de Ética da Câmara instaurou sete processos contra seis deputados por quebra de decoro parlamentar.

Serão apuradas as condutas dos deputados Bia Kicis (PL-DF), Carla Zambelli (PL-SP), Eduardo Bolsonaro (PL-SP); Éder Mauro (PL-PA), Wilson Santiago (Republicanos-SP) e Soraya Manato (PTB-ES). O colegiado também definiu as listas de parlamentares que podem assumir a relatoria dos casos.

Procurado pela reportagem, Éder Mauro disse que "fica feliz" em ter representação do PT e PSol no Conselho de Ética. "É sinal de que estou no caminho certo", frisou.

Pelo Twitter, Eduardo Bolsonaro ironizou: "A avaliação é de que, assim como os partidos de esquerda fazem na guerra de narrativas, o PL agora também acione o conselho por falas de deputados esquerdistas nas redes", escreveu.

A assessoria de imprensa de Wilson Santiago afirmou que não vai se manifestar. Até o fechamento desta edição, os demais parlamentares não responderam às tentativas de contato do **Correio**.

Além das representações já pautadas estão liberados para apuração o pedido de cassação contra Kim Kataquiri (União Brasil-SP), por declarações consideradas de cunho nazista, e contra Josimar Maranhãozinho (PL-MA), acusado de desviar dinheiro de emendas. (TM)

Os alvos

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Bia Kicis (PL-DF)
» Acusada por PT e PSol de incitar motim de policiais militares na Bahia ao fazer postagens relacionadas à morte do policial Wesley Soares Góes, em Salvador. Ela chamou de "herói" o militar que atirou contra outros policiais.

Gustavo Sales/Câmara dos Deputados



Carla Zambelli (PL-SP)
» Acusada pelo PT de incentivar a população a "se armar contra as medidas de gestores" e causar pânico ao afirmar que o governo de Sérgio usou decreto para acabar com o direito de propriedade.

Reita Maria/Câmara dos Deputados



Éder Mauro (PL-PA)
» Acusado por PSol e PT de ter feito declarações ofensivas contra as deputadas Fernanda Melchionna (PSol-RS) e Maria do Rosário (PT-RS) durante reunião na Comissão de Constituição e Justiça.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Eduardo Bolsonaro (PL-SP)
» Acusado por PT e PDT de desestimular o uso de máscaras na pandemia; e por PSB, PT, PDT, PSol e PCdoB pelo comentário de que mulheres são "portadoras de vaginas", considerado misógeno.

Paulo Sergio/Câmara dos Deputados



Wilson Santiago (Republicanos-PB)
» Acusado pelo Novo de corrupção passiva e organização criminosa. O Supremo Tribunal Federal chegou a determinar o afastamento dele, mas os deputados derrubaram a decisão.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Soraya Manato (PTB-ES)
» Acusada pelo PT por mensagens ofensivas contra o senador Humberto Costa (PT-PE). Num post, ela compara a absolvição do parlamentar de acusação na Lava-Jato e a prisão do deputado Daniel Silveira porque "criticou o STF".